

A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

Coordenação: Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

Revisão: Joana Paulino

Figura da capa: Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-06-9

Depósito Legal: 368276/13

Concepção gráfica: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Setembro 2013

HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AÇORIANAS ATRAVÉS DE METODOLOGIAS DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA UMA HISTÓRIA DE AMBIÇÃO

MARIA NORBERTA AMORIM*

1. INTRODUÇÃO

A minha grande ambição seria a reconstituição, através das metodologias da Demografia Histórica, de todas as freguesias de todas as ilhas açorianas, estudando comparativamente os seus ritmos de reprodução biológica e social em períodos plurisseculares.

Não se compadecendo o nosso próprio ritmo biológico com tal ambição, mesmo falando de investigação de grupo, resta-nos deixar o desafio às gerações futuras. De facto, pelo seu isolamento, pela diversidade dos seus recursos naturais e pelo desfasamento no povoamento, as ilhas açorianas apresentam-se como um extraordinário laboratório de análise de comportamentos demográficos e sociais para os últimos quatro séculos.

São nove as ilhas dos Açores, divididas em três grupos distintos: Grupo Oriental (Santa Maria e S. Miguel), ilhas geologicamente mais antigas e também de maior anterioridade de povoamento; Grupo Central (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial), ilhas que foram a seguir povoadas, distintas entre si quanto à idade geológica, e Grupo Ocidental (Flores e Corvo), de formação mais antiga e as últimas a serem achadas.

No conjunto, as ilhas açorianas têm à volta de 2333 Km², desde S. Miguel, com uma área de 747 km², ao Corvo, com apenas 17 km². A segunda maior ilha em extensão é o Pico, com 448 km², mas é, se excluirmos Flores e Corvo, a menos densamente povoada, o que decorre não só do facto de ser a ilha mais jovem e

* CITCEM. amorim@neps.ics.uminho.pt

de solo mais pobre, mas também da própria montanha que projecta para o litoral todas as povoações. Tendo os Açores em 2001 cerca de 242.000 habitantes, contava-se apenas 30 habitantes por km² no Pico, contrastando com S. Miguel, em que a densidade populacional atingia os 176 habitantes por km².

Os registos paroquiais açorianos, documentos básicos na nossa investigação, preservaram-se de forma diferenciada de ilha para ilha e, por vezes, de freguesia para freguesia. A Terceira e S. Miguel, as ilhas que adquiriram desde cedo maior importância demográfica, dispõem dos registos mais antigos e melhor conservados. Os três arquivos históricos regionais correspondentes aos três ex-distritos, de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, recolheram essa documentação e a Secretaria Regional da Cultura, recentemente, vai disponibilizando ao público, através do seu Centro do Conhecimento, os assentos digitalizados. É o caso dos registos de baptizados, casamentos e óbitos das ilhas de S. Jorge, Flores e Corvo, e alguns outros (ainda infelizmente poucos) da Terceira, do Pico e de S. Miguel.

Há mais de duas décadas que o nosso grupo de investigação, o NEPS, hoje chamado Grupo de História das Populações, se debruça sobre registos paroquiais açorianos, começando pela ilha do Pico, para passar à Terceira, a S. Jorge, ao Faial e a S. Miguel.

As paróquias do Sul do Pico foram o primeiro campo de ensaio da metodologia de reconstituição de paróquias. Logo em 1986, em colaboração com o informático Luís Lima, apresentámos em Braga, no *13º Congresso de Sociologia Rural*, “Estratégias de sobrevivência numa paróquia rural açoriana. Perspectiva Demográfica (1711-1980)”, referindo-nos à paróquia de S. João. Em 1987, como “anexo a Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico”, um trabalho académico irrepetível de fim de etapa (assentou na reconstituição manual de cerca de 100000 actos de baptizados, casamentos e óbitos), apresentámos uma primeira aplicação informática, tendente à passagem da reconstituição de famílias à reconstituição de comunidades. Como introdução à mesma, escrevia:

A enorme massa documental constituída pelos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos que se conserva nos nossos arquivos exerce sobre o investigador uma grande atracção. O fascínio vem, em parte, da sensação de que democratizamos a história, recolhendo informações sistemáticas sobre a vida e a morte de todos os homens, homens comuns ou notáveis, proprietários ou pedintes, sem que, para a nossa investigação, cada um deles tenha mais importância do que o outro.

Inserir cada homem no seu ambiente familiar, enquadrá-lo depois socialmente e determinar as linhas de força da reprodução social nos últimos séculos, parece estar ao alcance do investigador que dispõe de todo o tempo do mundo para recolher os dados dos registos paroquiais e fazer com os mesmos adequados cruzamentos.

Se é certo que não dispomos de todo o tempo do mundo, vivemos na era da Informática e podemos aproveitar essa força do século.



Figura 1. Ilhas dos Açores



Figura 2. Ilha do Pico

Como se depreende, em 1986-87, a ferramenta informática usada nesses primeiros ensaios foi o DbaseIII-Plus, a base de dados então disponível, procurando-se em 1991, ainda com a mesma ferramenta, uma nova sistematização e um novo público com a divulgação da metodologia a que chamei Reconstituição de Paróquias¹. Uma aplicação informática mais consequente e amigável, o SRPP (Sistema de Reconstituição de Paróquias) é hoje usada pelo Grupo de História das Populações².

De uma forma simplificada, poderemos dizer que reconstituir uma paróquia significa formar uma base de dados com o percurso de vida de cada indivíduo residente, em cadeia genealógica, com possibilidade de sucessivos alargamentos inter-paroquiais e de cruzamento com outras fontes nominativas.

Neste quarto de século de investigação sobre populações açorianas, usando a metodologia de reconstituição de paróquias, o projecto em que levamos mais longe o cruzamento de fontes sobre bases de dados demográficas no sentido da História das Populações é aquele que desenvolvemos sobre *As Famílias* de cada freguesia da ilha do Pico *nos finais do século XIX*. Estando as 17 freguesias da ilha já reconstituídas, nesse projecto trabalhámos, até ao momento, sete delas, S. João³, Santo Amaro⁴, S. Caetano⁵, Lajes I⁶, S. Mateus⁷, Lajes II⁸ Prainha⁹ e Candelária¹⁰. No entanto, investigadores do nosso grupo já aprofundaram comportamentos demográficos em mais quatro freguesias, além das sete referidas¹¹ e desenvolveram trabalhos de síntese¹², além de algumas dezenas de comunicações versando temas específicos apresentadas em encontros nacionais e internacionais. Sobre as 13 freguesias do Faial, também já reconstituídas, temos neste momento condições para desenvolver trabalho semelhante ao do Pico. Sobre as cinco freguesias da cidade de Angra, ilha Terceira, Hermínia Mesquita¹³ aprofundou os comportamentos demográficos de um longo século XVII, levantando toda a informação paroquial desde os finais do século XVI, com entrada pelo século XVIII. Um projecto em curso subsidiado pela Direcção Regional da Cultura prolonga a investigação da cidade de Angra

¹ AMORIM, 1991.

² FARIA & HENRIQUES, 2004.

³ AMORIM, 2004b.

⁴ AMORIM, 2005.

⁵ AMORIM, 2006.

⁶ AMORIM, 2007.

⁷ AMORIM, 2008.

⁸ AMORIM, 2009a.

⁹ AMORIM, 2009b.

¹⁰ AMORIM, 2011 (no prelo em 2010).

¹¹ Refiro-me a MESQUITA, 1998; MATOS, 2007 e SANTOS, 2008.

¹² AMORIM, 2004b; SANTOS, 2008.

¹³ MESQUITA, 2000.

para o século XIX. Sobre a freguesia da Ribeira Seca, da ilha de S. Jorge, Paulo Matos aprofundou o fenómeno dos nascimentos fora do casamento em período oitocentista, com recuo ao século anterior¹⁴. Agora, num projecto subsidiado pela FCT, o Grupo abalança-se ao estudo da zona urbana de Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, em período trissecular.

Neste sempre momento especial de encontro de colegas, que é o *Congresso da ADEH*, gostaria de chamar particularmente a atenção para o fascínio do projecto de micro-história a usar as metodologias da nossa disciplina, que desenvolvo sobre o Pico.

As sete monografias de *As famílias do Pico nos finais do século XIX* têm sido para mim uma contínua lição de humildade científica. Quando pensei que os comportamentos demográficos das populações da ilha, entre os finais do século XVII e os finais do século XX, seguiam, grosso modo, uma mesma evolução, eis que surge um comportamento claramente dissonante, relativo à maior paróquia rural do Norte da Ilha, a Prainha. No entanto, quando consideramos o espaço físico dessa paróquia e acompanhamos a dinâmica sócio-cultural da mesma, tais dissonâncias começam a fazer algum sentido.

O projecto de *As Famílias* foi despoletado precisamente pelo interesse que me despertaram as *matrizes prediais* das freguesias da ilha, encerradas entre os anos de 1883 e 1885, onde se identifica, sítio a sítio, todas as parcelas de propriedade rústica ou urbana, a área respectiva, o tipo de cultura, o rendimento colectável, e o nome do proprietário, com local de residência. Entendi que poderia cruzar toda essa informação com as bases de dados demográficas e conhecer muito proximamente as vivências de toda a gente que residia na ilha num mesmo dia, que situei a 1 de Janeiro de 1883. Assim, é acompanhado o percurso de vida de cada chefe de família residente e seus dependentes, relacionando-o com as três gerações anteriores, e colocando-o na ordem geográfica de residência, conhecendo-se a casa em que vivia e os recursos da terra que lhe foram atribuídos.

Esse aprofundamento conseguido para os finais do século XIX sobre espaço e sociedade, permite-nos um mais esclarecido olhar sobre as dinâmicas demográficas plurisseculares.

Para facilitar a apresentação desse olhar irei incidir no contraste entre a Prainha, e outra freguesia rural do Sul da ilha, S. Mateus, cujo crescimento conduziu em 1886 ao desdobramento em S. Mateus e S. Caetano.

¹⁴ MATOS, 2004.

2. PRAINHA E S. MATEUS – UNIDADE E DIVERSIDADE NO ESPAÇO

A orografia da ilha condicionava produções diferenciadas desde o nível do mar até à serra, enquanto a pressão de uma população saudável impunha o aproveitamento de toda a terra, por mais difícil que fosse o seu acesso e por mais baixa que fosse a sua rentabilidade.

Identificamos entre quatro a cinco níveis de terreno produtivo, paralelos à costa, partindo da mesma. No primeiro nível dominavam, em regra, as vinhas, as figueiras e o arvoredado, sendo escassa a terra de sementeira. No segundo nível a dominância ia para as terras de sementeira. No terceiro nível encontramos terra de sementeira dispersa e pobre, árvores de fruto, lenhas, ramas e inhames, podendo estes últimos se desenhar num quarto nível. No último nível estendiam-se as pastagens.

Como o maior número de famílias residentes vivia numa economia de subsistência, os cereais dominavam espaços pouco propícios à sua produção. Em alguns sítios das Lajes ou da Prainha, por exemplo, encontravam-se boas terras de sementeira, com rendimento médio por alqueire a aproximar-se dos 2\$000 réis, enquanto em outros sítios, das mesmas freguesias, o rendimento descia para \$200 réis, evidenciando a luta das famílias para extrair das suas próprias terras o sustento diário.

Apesar da crise das vinhas que afectara a produção em meados do século, não era depreciável o rendimento desses terrenos, particularmente nas zonas tradicionalmente vitivinícolas do concelho da Madalena, onde a figueira substituíra parte das cepas de vinha, no sentido de produção de aguardentes e vinagres.

Os maiores e melhores espaços cerealíferos encontravam-se na metade leste da ilha, de formação mais antiga (parte do concelho das Lajes e parte do de S. Roque), em que se inscreve a Prainha, e os maiores vinhedos, na metade oeste, de formação mais recente (concelho da Madalena e parte do de S. Roque)¹⁵, em que integramos S. Mateus.

Assim, uma primeira distinção entre Prainha e S. Mateus diz respeito ao acesso ao alimento básico, o pão. Em 1867, o Governador do Distrito Autónomo da Horta, no seu Relatório, indica para S. Mateus a produção 5364 litros de trigo e 208.302 litros de milho, numa população de 3223 habitantes, o que daria por habitante 66 litros de cereal. Na Prainha, a produção de trigo atingia os 71.687 litros e a de milho 89.425 litros, com uma média de cereal por habitante de 92 litros.

¹⁵ Hoje os currais de vinha dessa área são património da Humanidade.

Considerando depois o ano de 1884, quando a freguesia de S. Mateus teria um total de 3119 habitantes, sendo o terreno dedicado à cultura dos cereais de 2858 alqueires¹⁶, encontramos uma relação de 0,9 alqueires por habitante. No caso da Prainha, com 1570 habitantes e 1871 alqueires dedicados ao cereal, a relação seria de 1,2 alqueires por habitante. Considerando ainda que os terrenos da Prainha eram bem mais férteis do que os de S. Mateus e que para a alimentação quotidiana por habitante seriam necessárias entre alqueire e meio e dois alqueires de terreno de sementeira¹⁷, poderá depreender-se que, em bons anos, a Prainha tenderia para o auto-abastecimento, enquanto as produções cerealíferas de S. Mateus poderiam alimentar pouco mais de metade da população.

Em relação à outra maior riqueza, a vinha, O Governador Civil, em 1867, conta apenas 900 litros em S. Mateus e 3.444 litros na Prainha, o que se poderá justificar pela decadência que se seguiu, na zona tradicionalmente vitivinícola, à doença que se havia abatido sobre os vinhedos em meados do século. Considerando o ano de 1884, encontramos 446 alqueires de vinha em S. Mateus, contra 331 na Prainha. Devemos notar que 30% do rendimento colectável de S. Mateus, em que sobressaem as vinhas, pertencia a não residentes, principalmente a proprietários da ilha do Faial. Em contrapartida, apenas 3% do rendimento colectável da Prainha estava na posse de não residentes.

Uma distinção explícita entre Prainha e S. Mateus no que diz respeito ao património dos residentes, pode ainda encontrar-se na valorização média das casas de habitação. Enquanto na Prainha o valor médio se colocava nos 2\$000 réis, em S. Mateus não atingia os 1\$500 réis, com um número apreciável de casas térreas e palhoças.

3. PRAINHA E S. MATEUS – UNIDADE E DIVERSIDADE SOCIAL

Nem sempre os registos paroquiais nos informam sobre a situação sócio-profissional dos intervenientes nos actos. No entanto, para 1838, antes da grande vaga emigratória, dispomos de listas de residentes para todas as paróquias da ilha em que são indicadas as profissões de todos os activos.

Nessas listas são identificados lavradores, com o sentido de proprietários que não necessitavam de trabalhar à jorna, trabalhadores, aqueles que *davam dias para fora*, artífices e outros, ligados aos serviços.

¹⁶ Medida agrária da região equivalente a 968 m².

¹⁷ AMORIM, 2008: 30.

Tabela 1. Actividades laborais dos homens activos em 1838 (Comparação entre Prainha e S. Mateus)

Actividades laborais	Prainha		S. Mateus	
	Nº	%	Nº	%
Lavrador	146	28	171	18
Trabalhador	270	52	585	64
Marítimo	46	9	75	8
Artífices	45	9	71	8
Outros	14	2	17	2
Total	521	100	919	100

Em 1838, a maior diferença entre as duas freguesias marca-se em relação à posse da terra. Enquanto na Prainha 28% dos homens a quem foi indicada actividade foram classificados de lavradores, em S. Mateus foram apenas 18% que mereceram essa qualificação, sendo classificados como trabalhadores, 52% na Prainha e 64% em S. Mateus.

Para 1883, identificando depois na Prainha todos os casos com distinção social, concluímos que os maiores proprietários tinham, na sua generalidade, ascendência nos capitães de milícias dos séculos anteriores, os pais ou sogros haviam sido identificados em 1838 como lavradores, mas parte da afirmação pessoal naquela data, nos finais de um século de grandes mudanças, resultaria de uma emigração bem sucedida ou de um negócio.

Em S. Mateus, partindo-se de uma situação em que as terras mais valorizadas pertenciam a proprietários do Faial ou da vila das Lajes, as movimentações sociais no próprio meio foram mais complexas. Além da procura de uma aliança matrimonial vantajosa, outros factores se mostraram determinantes para a concentração de propriedade: a *lotaria demográfica*, actuando a favor ou contra essa concentração, a emigração bem sucedida e a procura criativa de novas soluções económicas.

A análise da dinâmica demográfica de uma e outra paróquia poderá reflectir essas estratégias diferenciadas.

4 . PRAINHA E S. MATEUS – UNIDADE E DIVERSIDADE NAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Começarei por usar um indicador sintético, a que chamei *índice de fixação*, que se poderá mostrar de alguma eficácia comparativa nestas comunidades ilhoas de história recente em que as migrações têm predominantemente o sentido negativo de expulsão de excedentes populacionais.

4.1. Índice de fixação comparado entre Prainha e a grande S. Mateus

O *índice de fixação* expressará, de forma sintética, o efeito da articulação das diferentes variáveis demográficas na sedimentação a um espaço de sucessivas gerações. O acesso limitado ou mais generalizado ao casamento, o nível de fecundidade, a mortalidade gravosa ou suave e principalmente a mobilidade, irão ter consequências no número de descendentes de casais que identificamos num período recuado da observação¹⁸.

Em cada uma das freguesias, S. Mateus e Prainha, escolhemos os casais que tiveram o seu primeiro filho entre 1 de Janeiro de 1700 e 31 de Dezembro de 1705, seis anos de observação, e fomos contabilizando todos os descendentes nascidos em cada freguesia desses casais nos primeiros 50 anos, nos primeiros 100 anos, nos primeiros 150 anos, terminando nos 200 anos, a cobrir sensivelmente os séculos XVIII e XIX.

Na Prainha, observámos 61 casais a procriar entre 1700 e 1705, enquanto em S. Mateus apenas 36 casais tiveram o primeiro filho no mesmo espaço de tempo, a expressar bem uma situação diferenciada de partida.

Tabela 2. Índice de fixação comparado (1700-1900)

	Número médio de descendentes			
	1700-1749	1700-1799	1700-1849	1700-1899
S. Mateus	12,2	55,8	212,5	418,1
Prainha	8,2	24,2	62,0	125,9

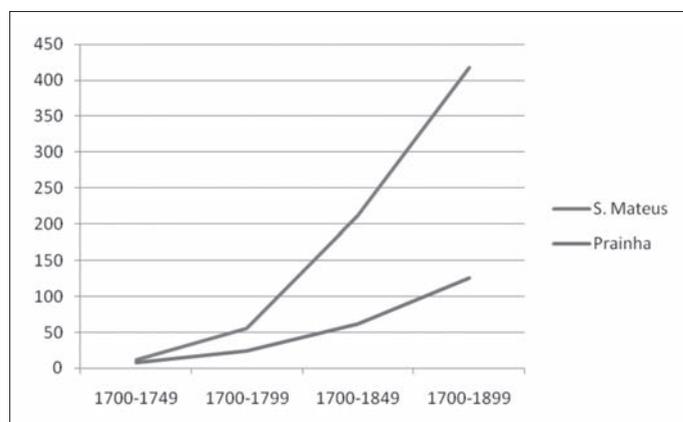


Gráfico 1.
Índice de fixação comparado (1700-1900)

¹⁸ Este índice só é naturalmente aplicável nos casos em que se dispõe de registos sistemáticos e perfeita identificação dos nascidos na comunidade, em cadeia genealógica.

Como se verifica na tabela e gráfico respectivo, o índice de fixação da população de S. Mateus ao seu espaço foi ao longo dos séculos XVIII e XIX muito mais forte do que na Prainha do Norte. Enquanto nesta última paróquia a média de descendentes até finais do século XIX dos casais que tiverem o seu primeiro filho entre 1700 e 1705, se posicionou à volta dos 126 nascidos, em S. Mateus atingiu os 418.

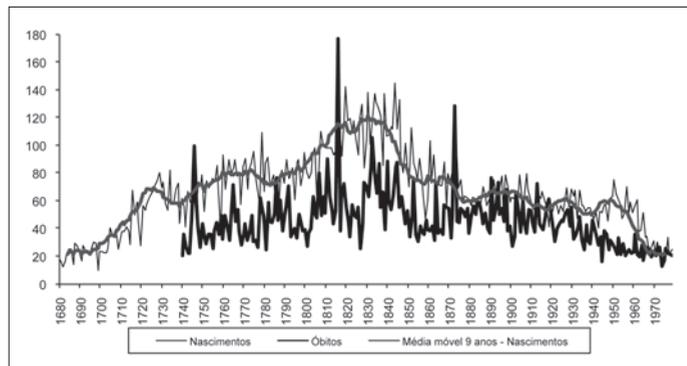
O crescimento relativo das respectivas populações evidencia esse comportamento diferencial. Na primeira década do século XVIII nasceram na Prainha 565 crianças contra 328 em S. Mateus, uma relação de 100 para 58, favorecendo a primeira daquelas paróquias. Dois séculos depois, em 1900, a população da Prainha contava 1400 habitantes, enquanto a população do antigo espaço de S. Mateus chegava aos 2514 habitantes.

A análise da dinâmica demográfica numa e noutra freguesia poderá ajudar-nos a compreender a dissonância expressa pelo índice escolhido.

4.2. Dados globais sobre população

Começamos por apresentar as séries de baptizados, casamentos e dos óbitos de todos os falecidos¹⁹ de que dispomos para as duas freguesias

Gráfico 2.
Movimento de baptizados
e óbitos
S. Mateus/S. Caetano
(1680-1980)



No quadro evolutivo do movimento dos baptizados, casamentos e óbitos de S. Mateus, partindo de uma posição muito modesta, notamos um crescimento continuado de baptizados até à década de 1840²⁰, depois um decréscimo muito acentuado nas décadas de 1850 e 1860, alguma recuperação na década de 1870,

¹⁹ Enquanto em S. Mateus o registo sistemático de mortalidade infantil se inicia na década de 1730, na Prainha só conhecemos todos os indivíduos falecidos na década de 1790.

²⁰ Note-se o crescimento mais acelerado nas décadas de 1720 e 1730, o que decorre na afluência de gente fugida da vizinha freguesia de S. João na sequência do vulcão que em 1718 arrasara as melhores terras da freguesia, queimando a própria Igreja.

com queda brusca na década de 1880, sustendo-se a queda nas décadas seguintes, particularmente na de 1950. No final desta última década a diminuição do número de nascimentos é muito brusca.

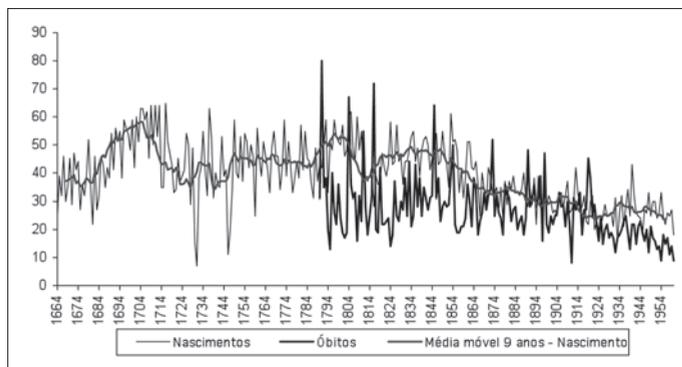


Gráfico 3.
Movimento de baptizados
e óbitos
Prainha
(1664-1960)

No caso da Prainha, pela evolução dos baptizados, será de admitir que a população tenha atingido o seu máximo histórico não na década de 1840, como pensámos ter acontecido em toda a ilha do Pico, mas século e meio antes, nos finais do século XVII, inícios do seguinte. A primeira metade do século XVIII terá sido um período de regressão, contrastando com a segunda metade do mesmo século, na qual a um período de relativa estabilização se segue um crescimento acelerado. No início do século XIX dá-se nova regressão, seguida de crescimento e relativa estabilidade até meados de Oitocentos. A regressão seguinte acompanha a das outras comunidades estudadas na ilha.

Verificamos claramente que as razões para a queda de nascimentos no século XIX em S. Mateus não se encontram na penalização da morte. Em apenas dois momentos, 1816 e 1873, a curva de óbitos se sobrepõe claramente à dos nascimentos. Duas epidemias de varíola, em populações antes afastadas do contágio, foram responsáveis por essas graves crises de mortalidade, afectando particularmente as crianças. As razões da queda dos nascimentos antes se encontram numa emigração massiva de gente jovem, enfatizada pela alteração subsequente de comportamentos de nupcialidade e no envelhecimento da população.

Não resulta tão clara a secundarização do papel da morte na evolução da população no caso da Prainha ao longo do século XVIII. Não dispomos, como vimos, de registo sistemático de todos os falecidos desse período, mas desde 1664 temos registo de óbito dos maiores de 7 anos e podemos detectar algumas crises de mortalidade. Embora a sua dimensão real não seja conhecida, aconteceram crises nos anos de 1668, 1714, 1745-1746, 1779, 1782 e 1786 em que o número de mortes de adultos igualou ou ultrapassou o número de nascidos. O ano de 1791,

altura em que conhecemos já o número total de falecidos, foi o mais gravoso de toda a observação para a população adulta, em que morreram 79 pessoas, nascendo apenas 42. Esta crise foi classificada por Carlota Santos como uma pequena crise que atravessou a costa ocidental da ilha em 1791, não se reflectindo no mesmo ano nas paróquias do Sul do mesmo concelho²¹. No entanto, em S. João notamos, para esse ano, uma sobremortalidade de crianças e adolescentes²², o mesmo não acontecendo na freguesia contígua à Prainha, a de Santo Amaro²³.

Aliás, referindo-se ao concelho da Madalena, Carlota Santos nota que “até ao ano de 1811, nenhuma das crises detectadas na região chegou a assumir proporções dramáticas”²⁴, o que está de acordo com as observações sobre o concelho das Lajes²⁵.

As crises de 1811 e 1816 terão decorrido de epidemias de varíola a afectar predominantemente crianças e adultos jovens, mais gravosa na Prainha a segunda do que a primeira. Enquanto a crise de 1873 foi extensiva a todas as freguesias da ilha já estudadas, com efeitos mais devastadores no concelho das Lajes, particularmente na sede do concelho e nas Ribeiras, a crise de 1845 afectara particularmente a Prainha. Para o final de Oitocentos e até 1907 encontramos outros anos de saldos fisiológicos negativos, que apontam também para o envelhecimento da população sucessivamente afectada pela mobilidade de jovens.

As crises de mortalidade da primeira metade do século XVIII na Prainha poderão ter influenciado na recessão populacional do período assim como as crises da primeira metade do século seguinte, mas não é de descartar, desde cedo, nesta paróquia, a importante influência da mobilidade.

Temos possibilidade, para 1838, usando os mapas de população de comparar a estrutura da população da Prainha com a de S. Mateus.

Na Prainha, pelo perfil da pirâmide de 1838, parece-nos poder deduzir que dois grupos de gerações foram particularmente afectados pela emigração, sem esquecer que essas mesmas gerações foram sujeitas a fortes crises de mortalidade.

O primeiro grupo envolve os indivíduos do sexo masculino que em 1838 tinham entre os 55 e os 65 anos e os indivíduos do sexo feminino entre os 50 e os 55, o que remete para gerações nascidas, respectivamente, nas décadas de 1760 e 1770, e na década de 1780. Dado o casamento mais precoce das mulheres relativamente aos homens, poderá tratar-se de emigração de alguns casais, num quadro mais geral de incidência de emigração isolada masculina. Essa mobilidade terá tido

²¹ SANTOS, 2008: 131-138.

²² AMORIM, 1999: 191.

²³ AMORIM, 2005: 61

²⁴ SANTOS, 2008: 137.

²⁵ AMORIM; 1991 e 2001, entre outros.

efeito na quebra do volume de nascimentos que se verifica nas primeiras décadas do século XIX.

O outro grupo envolve as gerações, quer masculinas quer femininas, entre os 20 e os 30 anos, sobre as quais o efeito da crise de mortalidade de 1816 se terá abatido. No entanto, a desproporção entre os sexos, continua a apontar para o fenómeno da emigração que é de admitir se tenha desenrolado nos finais da década de 1820 e nessa mesma década de 1830.

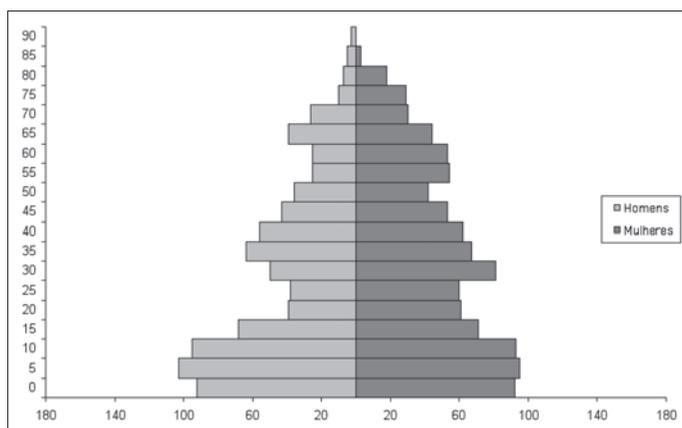


Gráfico 4.
Pirâmide de idades – 1838
Prainha

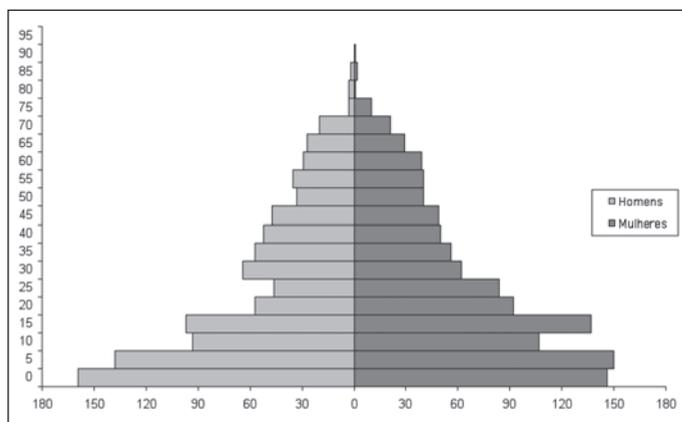


Gráfico 5.
Pirâmide de idades – 1838
S. Mateus

Não encontramos em S. Mateus a mesma configuração da pirâmide, que sugira o efeito de crises de mortalidade, evidenciando-se sim o efeito de alguma emigração diferencial a afectar o sexo masculino.

Em quadro comparativo apreciamos melhor as diferenças.

Verificamos primeiro o envelhecimento relativo da Prainha em relação a S. Mateus, tanto na base como no topo. Enquanto em S. Mateus eram apenas 6% a

percentagem de indivíduos maiores de 65 anos, na Prainha já se atingia os 12%. No caso dos menores de 15 anos, eram 38% em S. Mateus e apenas 31% na Prainha.

Note-se que Carlota Santos encontrou, para todo o concelho da Madalena, concelho em que S. Mateus se integra, para o mesmo ano, os mesmos 38 % de jovens e os mesmos 6% de velhos²⁶.

Tabela 3. Grupos Funcionais – Ano de 1838 (Comparação entre Prainha e S. Mateus)

Grupos funcionais (anos)	Homens		Mulheres		Sexos reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
	Números					
Menores de 15	290	390	280	403	570	793
15-64	444	517	604	648	1048	1165
65 e mais	90	55	124	65	214	120
total	824	962	1008	1116	1832	2078
	%					
Menores de 15	35	39	28	36	31	38
15-64	54	56	60	58	57	56
65 e mais	11	14	12	6	12	6
total	100	100	100	100	100	100

Se calcularmos depois a relação de masculinidade da Prainha e S. Mateus, primeiro para a globalidade da população e depois por grupos funcionais, continuamos a encontrar diferenças. Enquanto na primeira paróquia a relação de masculinidade da população se colocava nos 82 homens em 100 mulheres, em S. Mateus quedava-se nos 86 em 100. Os valores, para os menores, são de 104 e 97 em 100, numa e noutra paróquia; para os activos, são, respectivamente, de 74 e 80 em 100; para os idosos, são, respectivamente, de 73 e 85 em 100. Uma desproporção entre os sexos vincada na Prainha para os maiores de 15 anos, a sugerir mais uma vez a anterioridade do fenómeno emigratório nesta comunidade.

4.3. Dados sobre a Nupcialidade

É evidente a importância do fenómeno da Nupcialidade em período de fecundidade próxima da natural. Um casamento precoce entre as mulheres e um acesso ao casamento quase universal, aliados a uma mortalidade suave, poderiam

²⁶ SANTOS, 2008: 51.

condicionar um incremento da população muito para além do comportável pelos recursos disponíveis. Só práticas restritivas no campo da Nupcialidade permitiriam moderar esse crescimento.

4.3.1. Idade média ao primeiro casamento

Tabela 4. Idade média ao primeiro casamento (Comparação entre S. Mateus/S. Caetano e Prainha)

Períodos	Idade média ao primeiro casamento				Diferença de idades	
	HOMENS		MULHERES		Sexo masculino/feminino	
	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha
1720-1729	28,8	29,8	24,5	26,5	4,3	3,3
1730-1739	27,6	28,8	23,6	27,0	4,0	1,8
1740-1749	28,0	30,9	25,3	27,1	2,7	3,8
1750-1759	27,4	31,7	24,0	27,6	3,4	4,1
1760-1769	28,7	30,6	24,3	27,5	4,4	3,1
1770-1779	28,4	32,3	24,7	26,4	3,7	5,9
1780-1789	29,3	30,8	25,8	27,8	3,6	3,0
1790-1799	28,9	30,7	26,4	28,5	2,5	2,2
1800-1809	28,6	30,5	26,2	28,9	2,4	1,6
1810-1819	27,5	29,1	24,9	29,8	2,6	-0,7
1820-1829	26,7	29,5	23,9	29,0	2,9	0,5
1830-1839	27,7	31,5	24,8	28,9	2,9	2,6
1840-1849	28,4	31,6	25,3	28,2	3,1	3,4
1850-1859	30,2	29,8	27,0	28,7	3,3	1,1
1860-1869	31,0	32,8	29,2	28,9	1,8	3,9
1870-1879	30,9	32,3	29,0	30,0	1,9	2,3
1880-1889	31,0	30,9	28,3	27,5	2,7	3,4
1890-1899	29,0	29,9	26,9	27,5	2,1	2,4
1900-1909	27,9	28,3	25,0	24,9	2,9	3,4
1910-1919	30,0	28,6	24,1	23,7	5,9	4,9
1920-1929	25,9	26,4	23,7	23,5	2,3	2,9
1930-1939	27,0	26,8	24,3	23,0	2,6	3,8
1940-1949	28,0	28,9	23,4	24,8	4,6	4,1
1950-1959	27,7	27,3	23,8	24,0	3,9	3,3

Como se verifica, enquanto em S. Mateus, antes de meados do século XIX, a idade média ao primeiro casamento feminino se colocava à volta dos 25 anos, no caso da Prainha, oscilava entre os 26 e os 30 anos, numa primeira justificação para as dificuldades de crescimento do período. Interessante verificar depois, que, após 1840, as curvas quase se sobrepõem.

No sexo masculino, a dinâmica do fenómeno não é muito divergente, com idades médias menos elevadas em S. Mateus do que na Prainha e aproximação de comportamentos após 1840, embora com diferenças menos marcadas do que no sexo feminino.

A idade muito elevada ao casar num e noutro sexo terá contribuído para a maior contenção do crescimento da população da Prainha, mas o celibato definitivo não deixou de ter peso no resultado.

Gráfico 6.
Idade média ao primeiro casamento
Comparação entre S. Mateus/S. Caetano e Prainha. Mulheres

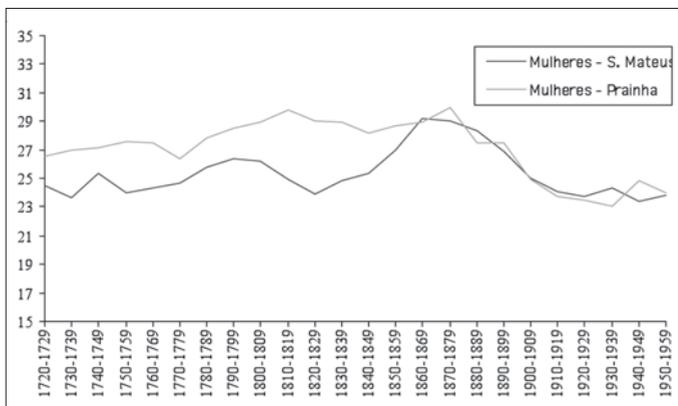
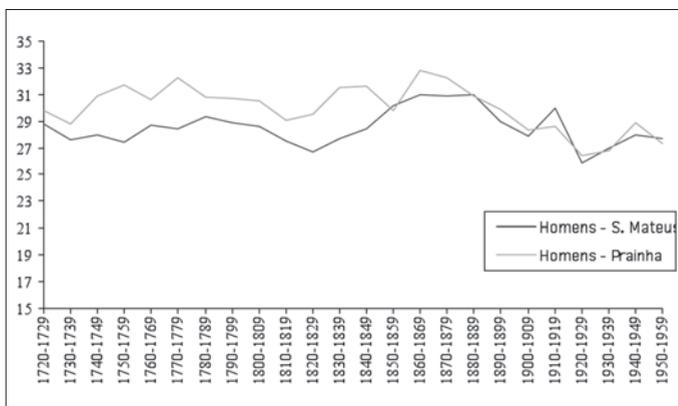


Gráfico 7.
Idade média ao primeiro casamento
Comparação entre S. Mateus/S. Caetano e Prainha. Homens



4.3.2. Celibato definitivo

O celibato definitivo, observado para os falecidos solteiros com 50 anos ou mais anos, em relação ao total de falecidos do mesmo grupo etário, evidencia uma

interessante evolução nas duas paróquias. Estranhamente, antes de 1820, a percentagem de celibato definitivo era ligeiramente mais contida na Prainha do que em S. Mateus, afirmando-se depois mais na Prainha, com percentagens a aproximar-se dos 30% na segunda metade do século XIX e 35% na primeira metade do seguinte.

Tabela 5. Celibato definitivo. %

	Homens		Mulheres	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
1780-1819	5	6	11	13
1820-1859	14	9	26	15
1860-1899	15	11	31	20
1900-1939	18	13	36	35

4.3.3. Dados sobre a Fecundidade dentro do casamento

Começando pela fecundidade dentro do casamento, analisámos as famílias com data de casamento anterior a 1930, dada a dificuldade em acompanhar na Prainha percursos de vida depois dos finais da década de 1950.

Na análise comparada das taxas de fecundidade legítima, ou seja o número médio de filhos nascidos em cada ano em 1000 mulheres, foram consideradas apenas as famílias estáveis, das quais sabemos a data de casamento, a data de nascimento da mulher e a data de fim da união, contada esta ao óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tabela 6. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. 1000 mulheres

Períodos	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Obs	D.T*.a)	D.E.b)	D.E.c)
Prainha											
Antes de 1800	331	344	318	299	261	152	25	602	8,7	3,09	3,56
1800-1899	290	406	364	334	270	149	17	668	9,2	3,13	3,75
1900-1929	323	292	287	269	224	89	3	103	7,4	3,13	3,82
S. Mateus											
Antes de 1800	289	364	354	333	290	174	29	948	9,2	4,99	5,47
1800-1899	354	404	374	335	293	174	24	1289	9,8	4,92	5,52
1900-1929	452	393	341	284	195	88	12	291	8,8	4,63	5,31

a) Número de filhos que teriam os casais, nas condições encontradas de fecundidade, se a convivência conjugal se prolongasse dos 15 aos 49 anos.

b) Número de filhos em todas as famílias, incluindo as infecundas

c) Número de filhos nas famílias fecundas

Pela observação da tabela comparativa, verificamos que numa e noutra paróquia a limitação voluntária de nascimentos é já explícita nas primeiras décadas do século XX. Para períodos em que a contraceção terá sido incipiente, a fecundabilidade foi mais elevada no século XIX do que havia sido no século anterior.

As diferenças nas duas paróquias no que respeita à descendência teórica, embora favorecendo S. Mateus antes de 1900, coloca-se entre 0,5 e 0,6 filhos, só se vincando nas primeiras décadas do século XX com 1,4 filhos. No entanto, se repararmos na média de filhos que cada casal teve efectivamente, o efeito da mais elevada idade média ao primeiro casamento feminino na Prainha é muito notório, com diferenças que partem de 1,9 filhos no primeiro período, para terminar em 1,5 no último.

Os gráficos comparativos sobre taxas de fecundidade explicitam esses resultados.

Gráfico 8.
Taxas de fecundidade
legítima
(3 períodos)
Prainha

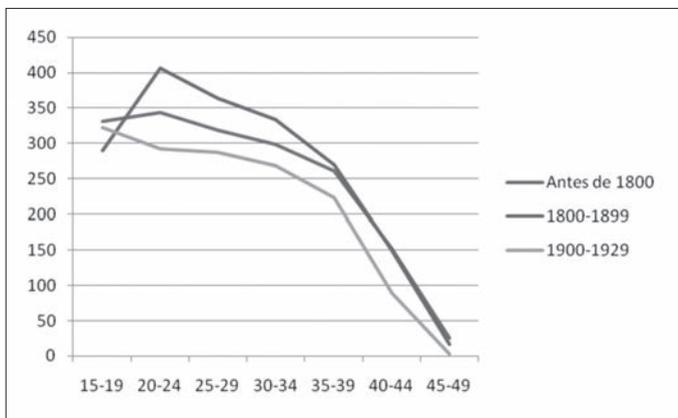
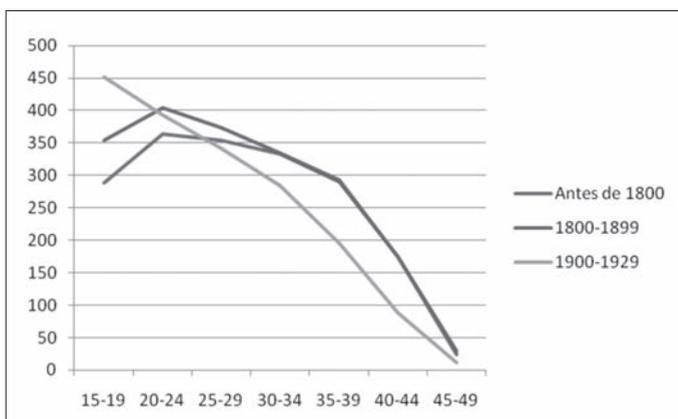


Gráfico 9.
Taxas de fecundidade
legítima
(3 períodos)
S. Mateus



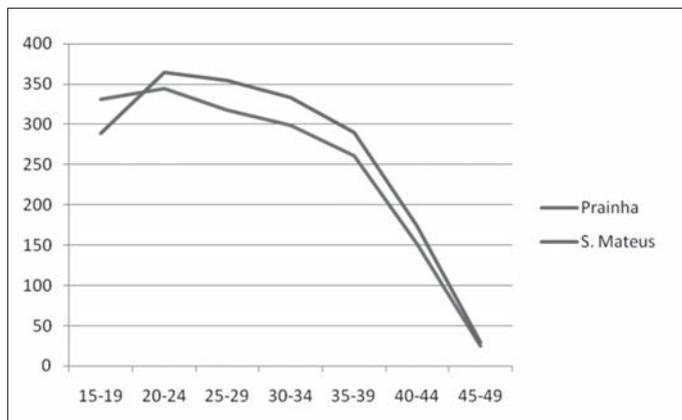


Gráfico 10.
Taxas de fecundidade legítima comparadas Antes de 1800

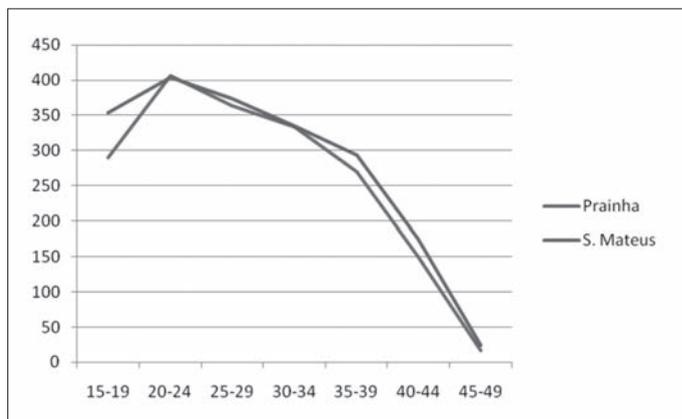


Gráfico 11.
Taxas de fecundidade legítima comparadas 1800-1899

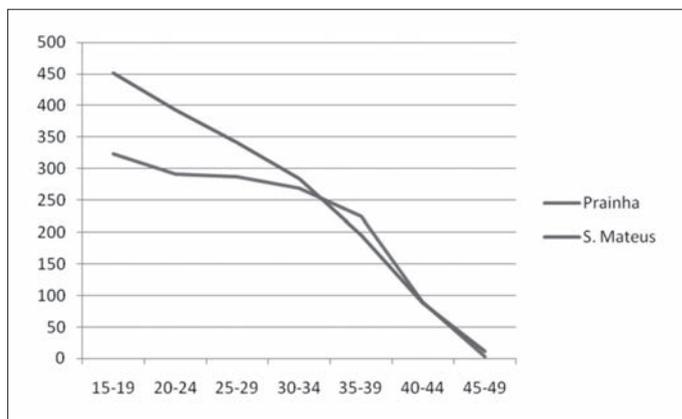


Gráfico 12.
Taxas de fecundidade legítima comparadas 1900-1929

Os resultados da Prainha no que respeita à idade média ao nascimento do último filho em famílias completas²⁷, 41 anos para o século XVIII, 40,4 anos para o século XIX e 36,4 anos para os primeiros trinta anos do século XX, não se diferenciam claramente dos resultados encontrados para S. Mateus²⁸.

Parece poder deduzir-se que, apesar da capacidade reprodutiva na Prainha não ser muito distinta da das outras freguesias do Pico, como se deduz pelas taxas de fecundidade legítima e idade da mãe ao nascimento do último filho, a contenção em termos de idade ao casamento e celibato femininos, ao longo dos séculos XVIII e XIX, constituíram um freio eficaz ao crescimento da população.

4.3.4. Dados sobre a Fecundidade fora do casamento

Os níveis das concepções pré-nupciais constituem um interessante indicador de práticas sociais com reflexo na descendência.

Quando calculamos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, a fim de avaliar rigorosamente a capacidade reprodutiva em convivência conjugal, não consideramos os casais em que o primeiro filho nasceu menos de 8 meses após o casamento, teoricamente concepções pré-nupciais.

Tabela 7. Concepções pré-nupciais e fecundidade fora do casamento (Comparação entre Prainha e Santo Amaro)

Períodos	% de intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses		Filiação ilegítima + expostos % em relação ao total de nascidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
1664-1769	12,4	11,0	4,2	3,6
1770-1799	17,2	10,9	6,4	5,4
1800-1829	16,6	7,1	12,6	11,3
1830-1859	13,5	7,3	12,6	13,6
1860-1889	12,4	7,8	7,5	12,0
1890-1919	12,0	5,3	5,8	3,3
1920-1949	14,3	5,9	2,4	1,7

Sem grandes oscilações, as concepções pré-nupciais foram claramente mais frequentes na Prainha do que em S. Mateus, o que parece apontar para práticas sociais diferenciadas. É de admitir que a mulher da Prainha tenha sido mais protegida familiarmente, obrigando a nascimentos dentro do casamento que em S. Mateus poderiam resultar em nascimentos fora do mesmo.

²⁷ Famílias em que a mulher atingiu a menopausa em convivência conjugal, na circunstância famílias em que a mulher atingiu 48 ou mais anos.

²⁸ AMORIM, 1992: 132-133

No que respeita à percentagem de filhos ilegítimos e enjeitados (que supomos, na sua maioria, ilegítimos), o século XIX diferencia-se claramente dos períodos enquadrantes, com percentagens acima dos 10%, numa ou noutra paróquia, a apontar para o efeito de uma emigração diferencial e elevação de idade ao casamento feminino.

5. DADOS SOBRE A MOBILIDADE

Só se dispendo de registo sistemático de mortalidade infantil para a Prainha a partir da última década do século XVIII, não temos possibilidade de contabilizar os saídos da observação em período anterior. Depois, entre 1790 e 1870, estabelecemos a relação entre nascidos e saídos definitivamente da paróquia, comparativamente à situação encontrada para S. Mateus.

Tabela 8. Mobilidade. Volume de saídas (Gerações nascidas entre 1790 e 1870)

Períodos	Efectivos iniciais		Saídas definitivas			
	Prainha	S. Mateus	número		%	
			Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
Sexos reunidos						
1790-1809	1013	1684	301	511	29,7	30,3
1810-1829	850	2151	296	757	34,8	35,2
1830-1849	945	2291	370	895	39,2	39,1
1850-1870	873	1522	348	635	39,9	41,7
Sexo masculino						
1790-1809	524	912	187	299	35,7	32,8
1810-1829	448	1083	192	436	42,9	40,3
1830-1849	484	1135	232	510	47,9	44,9
1850-1870	420	747	187	343	44,5	45,9
Sexo feminino						
1790-1809	489	772	114	212	23,3	27,5
1810-1829	402	1068	104	321	25,9	30,1
1830-1849	461	1156	138	385	29,9	33,3
1850-1870	453	775	161	292	35,5	37,7

Os valores para as saídas definitivas na Prainha, para as gerações nascidas depois de 1790, apresentam-se globalmente mais modestos do que os de S. Mateus. No entanto, se considerarmos a distribuição por sexos verificamos que, à excepção do último período, foram os homens da Prainha que mais saíram, o que pode sugerir

à partida uma maior estabilidade familiar nesta paróquia, já intuída pelo maior volume de concepções pré-nupciais.

Em qualquer situação, se considerarmos, que 45% e 43% das gerações masculinas nascidas, respectivamente, na Prainha e em S. Mateus, entre 1810 e 1870 não faleceram na sua terra, e que 31% e 33% das gerações femininas nas duas paróquias também faleceram fora, sem haver contrapartidas nas entradas, apesar de todas as restrições no campo de nupcialidade, olhamos com maior curiosidade para o fenómeno da mortalidade.

6. DADOS SOBRE A MORTALIDADE

Não havendo registo sistemático de mortalidade infantil anterior a 1790 na Prainha, apenas podemos observar a esperança de vida à nascença de gerações nascidas depois daquela data. Assim, embora para S. Mateus possamos dispor de dados para o meio século anterior²⁹, iremos cingir-nos à comparação do comportamento das gerações nascidas entre 1790 e 1829 e depois entre 1830 e 1869.

Tabela 9. Esperança de vida à nascença. Gerações nascidas de 1790 a 1829

Idades	Homens.		Mulheres.		Sexos Reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	55,9	51,5	58,4	53,8	57,2	52,6
1	61,6	60,1	63,6	60,3	62,6	60,2
5	61,4	62,2	64,0	62,2	62,7	62,2
10	58,5	58,7	60,2	58,8	59,3	58,8
15	54,8	54,5	56,0	54,5	55,4	54,7
20	50,8	50,9	51,5	50,8	51,2	50,8
25	46,5	46,5	47,0	46,4	46,8	46,5
30	42,4	42,3	42,5	42,5	42,5	42,4
35	37,8	38,1	38,4	38,4	38,2	38,3
40	33,3	33,9	34,3	34,2	33,8	34,1
45	28,8	29,7	30,3	30,3	29,7	30,1
50	24,8	25,8	26,2	26,2	25,6	26,0
55	20,9	22,0	22,3	22,3	21,7	22,1
60	17,0	18,1	18,6	18,5	17,9	18,3
65	13,8	14,3	15,2	15,2	14,6	14,8
70	10,6	10,9	11,8	12,0	11,3	11,5
75	7,8	8,5	9,0	8,9	8,5	8,7
80	5,6	5,9	6,4	6,4	6,1	6,2
85	4,6	4,3	4,7	4,5	4,7	4,4

²⁹ AMORIM, 1992: 220-250

Tabela 10. Esperança de vida à nascença. Gerações nascidas de 1830 a 1869

Idades	Homens.		Mulheres.		Sexos Reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	58,3	51,4	58,2	54,9	58,3	53,4
1	64,1	60,2	63,5	61,9	63,8	61,3
5	62,9	61,7	63,5	62,9	63,3	62,5
10	59,1	57,7	59,9	59,7	59,5	58,9
15	55,1	53,6	55,3	55,6	55,5	54,9
20	50,3	49,0	50,9	51,4	50,7	50,5
25	46,0	44,9	46,7	47,2	46,4	46,3
30	42,3	40,9	42,6	43,1	42,5	42,2
35	38,7	37,0	39,1	39,5	39,0	38,5
40	34,4	32,9	34,5	35,7	34,5	34,6
45	30,1	29,1	30,6	31,8	30,4	30,7
50	25,5	24,9	26,9	27,4	26,3	26,4
55	21,3	20,8	23,1	23,5	22,3	22,5
60	17,2	16,9	19,2	19,4	18,3	18,4
65	13,3	13,4	15,4	15,2	14,5	14,5
70	10,3	10,0	12,1	11,6	11,3	11,0
75	8,0	7,4	9,2	8,7	8,7	8,2
80	6,1	5,0	6,4	6,2	6,3	5,8
85	4,0	3,9	4,9	4,3	4,6	4,2

Uma primeira constatação é a altíssima esperança de vida em todas as idades, num e noutro sexo, numa e noutra paróquia, num e noutro período, situação que vimos a verificar para esta ilha desde 1992 e que foi objecto de trabalho específico já publicado³⁰. A segunda constatação é que a esperança de vida à nascença foi bem mais favorável na Prainha do que em S. Mateus, para adquirir valores semelhantes numa e noutra paróquia quando se atinge os 20 anos de idade.

Depois verificamos que os padrões de comportamento, quando comparamos os sexos, são muito semelhantes nas duas paróquias, se considerarmos o primeiro grupo de gerações, com vantagem nítida para o sexo feminino. No segundo período, o padrão matem-se em S. Mateus, mas favorece os homens na Prainha.

³⁰ AMORIM, 2004: 53-84.

O resultado mais favorável na Prainha no que respeita à esperança de vida à nascença resulta de uma mortalidade infanto-juvenil muito suave, como se poderá ver na tabela comparativa.

Valores à volta de 100 óbitos no primeiro ano de vida por mil nascidos encontram-se na Prainha desde os finais do século XVIII, enquanto em S. Mateus os valores de aproximam dos 150 por mil, valores num e noutro caso extraordinariamente baixos³¹, mas com marcada diferença relativa.

Nessas gerações, aos 15 anos, de mil nascidos, sobreviviam na Prainha 785 indivíduos de ambos os sexos, enquanto em S. Mateus contamos 716.

Tabela 11. Mortalidade infanto-juvenil. Quocientes de mortalidade acumulados (Gerações nascidas entre 1790 e 1829)

Idades	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	106	158	97	124	102	142
1	128	201	123	168	125	185
2	148	230	143	192	144	211
5	184	259	169	224	177	242
10	209	287	191	247	198	268
15	230	305	205	261	215	284

Para o segundo grupo de gerações, não parece ter havido uma melhoria significativa numa e noutra paróquia no que respeita à mortalidade infantil. Nos grupos de idades seguintes a melhoria parece ter afectado mais a Prainha do que S. Mateus, com 810 sobreviventes em 1000 aos 15 anos, contra 733 em S. Mateus.

Tabela 12. Mortalidade infanto-juvenil. Quocientes de mortalidade acumulados (Gerações nascidas entre 1830 e 1869)

Idades	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	105	161	98	129	101	145
1	122	198	135	168	129	183
2	128	223	147	185	137	204
5	153	251	166	216	160	233
10	170	271	183	240	177	256
15	186	284	184	252	190	267

³¹ LIVI-BACCI, 1987: 119.

Numa outra observação, o cálculo da longevidade dos indivíduos observados a partir da identificação de todos os residentes em 1883, pode dar-nos mais um motivo de reflexão.

Na nossa observação, considerámos todos os nascidos antes do dia 1 de Janeiro de 1850 e que faleceram em cada uma das freguesias após 1 de Janeiro de 1883, gerações nascidas, grosso modo, na primeira metade do século XIX. Não se trata de acompanhar os percursos de vida dos nascidos nesse período, mas tão só acompanhar aqueles que sobreviviam nas comunidades naquela data.

Procedemos depois a uma distribuição da idade à morte em grupos quinquenais, por sexos, iniciando com o grupo dos 33 aos 39 anos.

Tabela 13. Distribuição da idade à morte. Nascidos antes de 1850 e residentes em 1883

Grupos de idades	Sexo masculino				Sexo feminino			
	Nº		%		Nº		%	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
33-39	1	1	0,0	0,0	0	1	0,0	0,0
40-44	1	2	0,0	1,0	4	4	1,0	1,0
45-49	2	4	1,0	2,0	11	1	3,0	0,0
50-54	6	4	2,0	2,0	2	8	1,0	2,0
55-59	9	7	3,0	2,0	12	8	3,0	2,0
60-64	18	15	6,0	5,0	14	13	3,0	3,0
65-69	26	14	9,0	5,0	27	36	7,0	9,0
70-74	41	43	14,0	15,0	57	50	14,0	13,0
75-79	63	49	21,0	17,0	60	62	15,0	16,0
80-84	60	59	20,0	21,0	84	101	21,0	26,0
85-89	52	56	17,0	20,0	74	72	19,0	18,0
90-94	15	23	5,0	8,0	43	25	11,0	6,0
95-99	7	5	2,0	2,0	13	10	3,0	3,0
100 e mais	0	0	0,0	0,0	1	1	0,0	0,0
TOTAIS	301	282	100,0	100,0	402	392	100,0	99,0

Verificamos que 65% dos homens residentes em 1883 na Prainha que tinham nascido antes de 1850 morreram depois dos 75 anos, elevando-se para 68% em S. Mateus. A percentagem das mulheres que morreram depois dos 75 anos foi de 69% nas duas paróquias. A falecer com mais de 90 anos encontramos na Prainha 7% dos homens e 14% das mulheres e em S. Mateus, 10% de homens e 9% de mulheres.

Para os homens, o grupo de idades com maior número de ocorrências na Prainha foi o dos 75 aos 79 anos, mas com ligeira diferença em relação ao grupo

de idades seguinte, grupo que em S. Mateus obtém a maior frequência. Para as mulheres o grupo de maior incidência de mortalidade foi o dos 80 aos 84 anos, numa e noutra paróquia.

Vamos, paróquia a paróquia, confirmando que o Pico, entre os séculos XVIII e XX, foi *a ilha açoriana mais poupada pela morte*³².

Nesse trabalho, para S. Mateus, explicámos o tardio surgimento de crises de mortalidade infantil e a quase ausência de crises entre os adultos pelo isolamento da ilha, exterior às dominantes rotas marítimas, mas também pelo próprio enclausuramento das comunidades, com contactos esporádicos entre si, o que evitaria os contágios. O clima favorável, os hábitos alimentares e outros hábitos culturais e ainda, eventualmente, heranças genéticas, seriam outras explicações para a suavidade da morte.

REFLEXÃO FINAL

O que mais nos impressiona nas análises sobre comportamentos demográficos na ilha do Pico, é a precocidade das soluções de protecção da vida. Resultados sobre mortalidade infanto-juvenil e longevidade, que só são expectáveis na Europa do século XX, encontramos-os claramente no Pico em períodos muito anteriores.

Num ambiente de Natureza afável, o estudo sobre a Prainha veio mostrar-nos mais claramente que essa cultura de protecção aos mais frágeis, as crianças e os velhos, se extensiva a grande parte da população, surte natural efeito seja no século XVIII ou o século XX.

As dificuldades depois de adequar os recursos à suavidade da morte implicam, necessariamente, estratégias muito restritivas no campo da nupcialidade e, principalmente, implicam a saída, sem retorno, de uma parte muito substantiva de população jovem.

Assim, ao escavar e sedimentar alicerces de conhecimento, no sentido de *contribuir para preservar memórias e o enraizamento, como factores de recreação cultural e equilíbrio emocional*³³, vou ficando afectada pelo fascínio de um estudo de comunidade, pelo estudo da adaptação humana ao espaço que a Natureza lhe oferece, pela complexidade e riqueza das soluções que encontra para sobreviver e se valorizar. O grande desafio para mim é o estudo de populações da ilha de S. Miguel, que Gilberta Rocha³⁴ achou, demograficamente, para o século XX, a mais díspare do Pico.

³² AMORIM, 2004: 53-84.

³³ AMORIM, 2004b: 11

³⁴ ROCHA, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta 2009, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo V – “As famílias das Lajes (2ª parte) nos finais do século XIX” Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta M. N, 1999, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*, “Boletín de la Asociación de Demografía Histórica”, IX, 1:7-25.
- AMORIM, Maria Norberta, 1992, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Universidade do Minho, I.C.S..
- AMORIM., Maria Norberta 2006, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo III – “As famílias de S. Caetano entre os séculos XIX e XX”, Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2004b, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo I – “As famílias de S. João nos finais do século XIX”, Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2005, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo II – “As famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX”, Município de S. Roque do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2007, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo IV – “As famílias das Lajes (1ª parte) nos finais do século XIX”, Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2008, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo VII – “As famílias de S. Mateus nos finais do século XIX”, Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2009, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo VI – *As famílias da Prainha nos finais do século XIX*, Município de S. Roque do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2011, *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol.I – *As Famílias*. Tomo X – “As famílias da Candelária nos finais do século XIX”, Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta M. N., 2004a, *O Pico (séculos XVIII a XX). A ilha açoriana mais poupada pela morte*, “Boletín de la Asociación de Demografía Histórica”, XXII, II:53-84.
- AMORIM; Maria Norberta, 2001, *Ribeiras do Pico (finais do século XVII a finais do XX). Microanálise da evolução demográfica*, Guimarães, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- FARIA, Fernanda, e HENRIQUES, Pedro, 2004, *Sistemas Informáticos para a análise de dados demográficos*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- LIVI-BACCI, Massimo, 1987, *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel.
- MATOS, Paulo Lopes, 2007, *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores): 1800-1910*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais, 1998, *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Açores, Direcção Regional da Cultura.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais, 2004, *As gentes de Angra do Heroísmo no século XVII*, dissertação de doutoramento, policopiada.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, 1991, *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota, 2008, *Biodemografia do concelho da Madalena. Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Município da Madalena do Pico.

